

A Psicologia Política na Ibero-Latino-América: avanços e desafios de um campo emergente

Iberian and Latin American Political Psychology:
advances and challenges of an emerging field

La Psicología Política en Ibero-Latinoamérica:
avances y desafíos de un campo emergente

Alessandro Soares da Silva – USP – Brasil
Editor

Agustín Espinosa Pezzia – PUCP – Peru
Secretário de Publicações da AILPP

No marco da criação da Associação Ibero-Latino-Americana de Psicologia Política (AILPP), e após os encontros acadêmicos realizados em 2011 em Córdoba (Argentina) e em 2012 em Lima (Peru), o comitê editorial da Revista Psicologia Política (Brasil), comprometeu um número anual para a difusão de trabalhos desenvolvidos pelos membros da nascente associação, convertendo-se, assim em porta-voz tanto da Associação Brasileira de Psicologia Política – ABPP –, quanto da AILPP. Esta tarefa de trabalho coordenado entre nós representantes de ambas as associações possibilitou um conhecimento mais amplo não só das realidades de nossos países de origem, mas de uma parcela imensa de nossa ibero-latino-américa. Certamente, os textos que ora apresentamos não são leituras exaustivas das realidades locais de cada país ou mesmo dos temas que neles são abordados. Um artigo por mais sintético e efetivo que fosse não poderia abarcar toda a riqueza da produção nacional como se mereceria. Para isso, pensamos que é necessário que muitos pesquisadores decidam tomar esse labor para si e, entre outras coisas, construir belos trabalhos sobre a história deste campo interdisciplinar. Mas dentro do que é possível a um periódico científico desejamos contribuir para que caminhemos nessa direção.

Desejamos que a produção dos diferentes grupos de psicologia política se veja refletido e acolhido neste periódico. Esperamos que mais intelectuais da região

busquem a **Revista Psicologia Política** como *locus preferencial* de submissão de suas investigações, pois aqui não há censuras ideológicas, de posicionamentos epistêmicos e metodológicos ou de quaisquer outras naturezas. Aqui a única condição é que os manuscritos submetidos estejam claramente ligados à Psicologia Política e estes deixem claro em seu bojo qual é sua compreensão de Psicologia Política e/ou qual relação os temas foco da pesquisa guardam com este campo do saber. Conhecer as múltiplas leituras e compreensões da Psicologia Política é uma preocupação de ambas associações, visto que elas estão comprometidas com a construção de uma psicologia política que compartilha das “incertezas das ciências sociais” como já pontuara Gustave Le Bon (1910) em seu clássico *Psychologie Politique et Défense Social*. É com esse olhar que a Associação Brasileira de Psicologia Política, por meio do editor da revista, Dr. Alessandro Soares da Silva, abriu as portas deste periódico à AILPP e foi com esse mesmo espírito que, na pessoa do Dr. Agustín Espinosa Pezzia, Secretário de Publicações da AILPP, a nova associação-irmã acolheu a oferta e trabalhou intensamente para a materialização deste número com o qual abrimos essa feliz parceria.

Esperamos que os fascículos que virão a público anualmente possam refletir sempre as diferentes realidades nacionais e as múltiplas questões regionais que respeitam a pluralidade do campo psicopolítico produzido na Ibero-Latino-América. Isso procuramos reproduzir neste número dedicado principalmente ao chamado *Estado da Arte* do campo psicopolítico em diferentes países. E como se verá, cada um destes territórios está em etapas distintas de constituição e alguns se mostrarão mais disciplinares e herméticos e outros mais abertos e afeitos a práticas interdisciplinares. Essas diferenças são fundamentais para a compreensão e o estudo do desenvolvimento de uma Filosofia e História da Ciência aplicadas ao campo psicopolítico.

Não temos dúvidas de que isso é um desafio colossal, pois ainda há muito por descobrir a respeito das práticas e das práxis que se produziu individual e coletivamente, nos âmbitos local, regional, continental e global. Não podemos deixar de tratar em algum momento os consensos e dissensos vividos no interior mesmo da Psicologia Política e desta frente a Psicologia, a Psicologia Social, a Sociologia, a Política e a Antropologia, apenas para citar alguns encontros possíveis. Entre estes desentendimentos, inclusive, poderíamos destacar, por exemplo, as seguintes questões: seria a Psicologia Política uma disciplina; uma subdisciplina; uma maneira de aplicar a Psicologia Social; uma maneira de psicologizar os fenômenos políticos; uma maneira de politizar a psicologia ou seria ela um campo interdisciplinar onde, por ser território de fronteira, caracteriza-se pelos diálogos próprios dos interstícios disciplinares?! Essas poucas, mas importantes questões, esses pontos que podem distanciar ou aproximar grupos encontram-se no presente fascículo com uma vivacidade provocante.

Os poucos textos que são apresentados nesse fascículo da **Revista Psicologia Política** revelam as diversas faces deste espaço de encontros que caracteriza uma zona de fronteira, uma zona de passagens e, por conseguinte, de encontros e de diálogos. E essa é uma imagem que pode retratar esse número da nossa RPP: uma zona de passagens, de encontros e de diálogos. Isso porque encontramos aqui textos que se focam mais na psicologia como campo de pertinência da Psicologia Política e atribuem ao(a) psicólogo(a) a possibilidade de fazer Psicologia Política, fechando a outras áreas de saber esse fazer. Mas encontramos texto que rompem com quaisquer *disciplinarios* e pensam na Psicologia Política como campo de conhecimento que transcende a lógica da disciplina e da disciplinarização do conhecimento,

abrindo o fazer psicopolítico a quem queira dele se apropriar. Destarte, nos resta apenas falar de Psicologia Política. Se isso pode significar para alguns uma enorme fragilidade, para outros essa é a fortaleza do campo psicopolítico: a pluralidade e a diversidade de origens de sua comunidade científica, a qual possui um poder de diálogo que ajuda a não mais atomizar a construção social e política da realidade na contemporaneidade.

Como já adiantamos, este número que a continuação se apresenta compreende colaborações que analisam, sob perspectivas diversas, o *estado* da Psicologia Política no Brasil, Chile, Colômbia, México, Peru, Portugal e Venezuela. A este esforço por difundir os alcances da Psicologia Política haveríamos que agregar os artigos correspondentes ao caso da Argentina publicado em 2010 e outro também sobre o México, mas publicado em 2002.

Uma revisão geral dos textos aqui apresentados dá conta de desenvolvimentos desiguais da Psicologia Política nestas nações. Elas são desiguais tanto por suas origens, como pela envergadura da produção acadêmica e a oferta formativa em Psicologia Política no interior delas. As publicações e produções iniciais de Psicologia Política aparecem no final do século XIX na Argentina com os trabalhos de Agustín Álvarez (1894, 1899) e nos albores do século XX com os trabalhos de Victor de Britto no Brasil e de Ricardo Salas Edwards (1914, 1925) no Chile. Porém, seu desenvolvimento realmente começará mais vivamente a fins dos anos de 1970 e inícios da década de 1980. Nesses tempos é que surgem os primeiros grupos de investigação dirigidos por Leôncio Camino, Salvador Sandoval e Silvia Lane no Brasil; de Maritza Montero, na Venezuela; e de Angél Rodrigues Kauth e de Orlando D'Ádamo, na Argentina. Também em meados dos anos de 1960 surgem matérias nos planos curriculares, mas apenas nos anos de 1990 elas se tornarão algo mais recorrente nos países da região como se poderá perceber neste conjunto de textos.

O manuscrito *A Psicologia Política no Brasil: lembranças e percursos sobre a constituição de um campo interdisciplinar* de Alessandro Soares da Silva (Universidade de São Paulo) nos mostra duas fases distintas da Psicologia Política no Brasil, as quais não guardam uma imediata conexão, pois as origens da segunda não estão alicerçadas na primeira. É como se a Psicologia Política tivesse nascido duas vezes neste país, uma pelas mãos de Victor de Brito (1908) e outra nos anos de 1980 com a formação de Grupos de Pesquisa em determinadas universidades que permitiram a formação de certa massa crítica e o surgimento sistemático da disciplina Psicologia Política nas grades curriculares, em especial, da graduação de Psicologia.

A partir desta base institucional nascem as condições para a se fundar a Associação Brasileira de Psicologia Política (ABPP) e a Revista Psicologia Política que o leitor atualmente tem em mãos. Nesse percurso trilhado pelo autor, fica claro que, no Brasil, o caráter interdisciplinar é constitutivo de ambas as fases. É patente que, segundo o texto, as personagens que fazem a Psicologia Política nesse país são de origens diversas e se pautam, majoritariamente, por uma postura que vê nela um campo interdisciplinar, um espaço transfronteiriço de diálogo ou mesmo uma “disciplina interdisciplinar”, fugindo da defesa mais tradicional de disciplina hermeticamente conceituada.

Na Colômbia, os trabalhos primeiros na Psicologia Política se encontram entre as décadas de 1960 e 1970, como apontam Nelson Molina Valência e Marinella Rivera Escobar (Universidad del Valle) no texto *Psicología Política en Colombia: revisión de acontecimientos fundantes e históricos*. Os aportes de José Miguel Salazar são relevantes, visto que sua obra exerce uma influência fundamental na Psicologia da América Latina, o que

se notará no trabalho de outros destacados autores como Maritza Montero (Venezuela), Ángel Rodríguez-Kauth (Argentina) e Pablo Fernandez-Christilieb (México), entre outros.

A revisão histórica realizada apresenta ao(a) leitor(a) o surgimento da Psicologia Política na Colômbia desde 1973 até 2012 e um balanço das publicações, temas, autores e regiões do país nas quais esses trabalhos foram produzidos. Um olhar marcadamente psicossocial é o que marca a produção colombiana, pois a investigação e a intervenção que lá se realizam funda-se em marcos da psicologia social, comunitária e da libertação, ainda que outros posicionamentos das ciências sociais também sejam encontrados. Mas certo é que nesse contexto se reivindica o papel político do psicólogo no seu exercício como cidadão, acadêmico e profissional, o que faz com que a psicologia política se confunda, por vezes, com psicologia militante.

Um desenvolvimento tardio do campo e menos claro acontece tanto no Chile quanto no Peru. Em ambos os casos a Psicologia Política não logra desmarcar-se da Psicologia Social, visto que a abordagem de temáticas e leituras relevantes sobre distintos fenômenos e processos políticos dão conta de um ponto de amadurecimento ainda incipiente.

Assim, o artigo *La Psicología Política como momento de la Psicología Social en Chile: desplazamientos conceptuales y temáticos* propõe entender a psicologia política como um momento da psicologia social, que se articula de maneira diferente com as dimensões da “política e o político” a partir das mudanças históricas da sociedade. Deste modo, o texto trata de um conjunto de pesquisa de corte psicossocial cuja importância política permite pensar em uma Psicologia Política Chilena. Este texto foi produzido pelos professores Juan Sandoval, Fuad Hatibovic (ambos da Universidad de Valparaíso) e Manuel Cárdenas (Universidad Católica del Norte).

Já o manuscrito *De una Psicología Social de Fenómenos Políticos al desarrollo de la Psicología Política en el Perú* da lavra de Agustín Espinosa, Rosa María Cueto e Mathias Schmitz (Pontificia Universidad Católica del Perú) identifica cinco linhas temáticas que receberam maior atenção e difusão no país: processos de formação da identidade nacional; análise das dinâmicas intergrupais num país socialmente diverso, com ênfase nos estereótipos, preconceitos e discriminação; processos de recuperação da memória coletiva com ênfase nos processos de violência política e social e suas consequências psicossociais; processos de participação social e ação coletiva; análise da ideologia política, seus conteúdos, estrutura e relação com distintos processos psicológicos e sociais.

O artigo *Psicología Política en México: aportes curriculares para un campo de formación profesional*, escrito por Graciela Aurora Mota Botello (Universidad Nacional Autónoma de México) atualiza o Estado da Arte da Psicologia Política aqui publicado em 2012 pela mesma autora. Ela busca neste novo texto aprofundar o debate sobre a importância de se manter um compromisso permanente com a formação profissional em termos de atualização no campo da psicologia política e da disciplina psicológica. Em geral este trabalho desenvolve a reflexão conceitual e a aplicação dos conhecimentos, técnicas e metodologias de desenho curricular aplicadas à psicologia política.

Na mesma linha encontramos o texto *Psicología política em Portugal: a importância de cruzar fronteiras*. Este manuscrito escrito por Maria Fernandes-Jesus, Pedro D. Ferreira e Isabel Menezes (Universidade do Porto) mostra uma clara diferença com a tradição hispano-americana com um corte mais disciplinar. Como no Brasil, Portugal também guarda vivo o carácter interdisciplinar da Psicologia Política. Este é claramente reconhecido, enquanto que

nas demais nações abordadas nesse fascículo a Psicologia Política assimilou, e posteriormente adaptou teorias e métodos de distintas aproximações psicológicas provenientes de Europa e Estados Unidos sendo o cruzar de fronteiras mais frágil.

Na perspectiva adotada no artigo a Psicologia Política é vista como resultante da pluralidade tanto disciplinar quanto teórica e metodológica, os quais provêm de diversas áreas. As ciências sociais guardam um papel privilegiado nesse quadro, seja porque ora assumem a interface entre psicologia e política, seja porque se volta à questão do poder, da participação e da opressão nas dinâmicas psicopolíticas que permitem compreender os fenômenos relativos, por exemplo, à marginalização e a mudança social.

O artigo (*In*) *Visibilidad de la Psicología Política en Venezuela* da autoria de Yorelis Acosta (Universidad Central de Venezuela) faz uma leitura do campo marcadamente psicológica, atribuindo centralidade ao *fazer psi* de psicólogos. Nesse sentido, esse é o texto que mais se aproxima de um olhar disciplinarizador ou mesmo subdisciplinar da Psicologia Política. A autora define a Psicologia Política como sendo a interação entre os fenômenos e processos políticos e os fenômenos psicológicos e faz sua reflexão com base na produção acadêmica da psicologia venezuelana desde os anos de 1960 até 2011, sobretudo a partir da produção da graduação e da pós-graduação em psicologia.

Um olhar atento a esse conjunto de textos permitirá ao leitor verificar que, apesar das diferentes aproximações epistemológicas e teóricas observadas em cada país, a Psicologia Política ibero-latino-americana aborda problemas e compartilha um conjunto de desafios que necessitará uma melhor e maior integração regional para a sua resolubilização. Assim, entre as linhas mais frequentemente encontradas estão os estudos que analisam o impacto do passado de violência política vividas pelas vítimas diretas e mesmo seu reflexo na opinião pública. Essa realidade é visível na produção da Argentina, do Chile, da Colômbia e do Peru, mas também pode ser encontrada no Brasil. Adicionalmente se analisou as relações e assimetrias de poder existentes nestas nações e como estas produzem ativismo social e movimentos políticos que buscam transformar a inequidade presente nelas, bem como promover políticas de inclusão social. Esta dimensão é bastante presente nos textos sobre Argentina, Brasil, México e Portugal. Mas claro está em todos os textos até aqui apresentados que os problemas de invisibilização política e acadêmica da Psicologia Política é um ponto comum a todos os países da região e trazem não só sérias implicações para o desenvolvimento deste campo, mas também elementos que podem trazer consequências na construção de sociedades mais justas. Estamos certos que o fortalecimento de nossas ABPP e AILPP pode significar passos rumo à construção de uma comunidade científica mais atuante junto aos povos da região e preocupada em enfrentar os dilemas que dificultam a construção desse mundo melhor.

A margem da análise da situação da Psicologia Política nesses sete países, o presente número inclui três artigos mais que nos permitem observar tanto uma pluralidade teórica existente na região como também metodológica. O primeiro destes manuscritos é o texto *Teorias dos Movimentos Sociais e Psicologia Política* da autoria de Felipe Corrêa e de Marco Antonio B. de Almeida (Universidade de São Paulo). Focar, desde a Psicologia Política, nas teorias dos movimentos sociais é destacar a dimensão interdisciplinar de campo de estudos do poder. Voltar-se para os movimentos sociais remete a quem pesquisa a análise de como atores políticos relevantes desempenham um papel central nas relações de poder contemporâneas. Para tanto, os autores destacam a relevância das esferas econômica, política/jurídica/militar e

cultural/ideológica que exigem um posicionar-se hermenêutico interdisciplinar e que atente para os elementos racionais/objetivos e emocionais/subjetivos.

O segundo trabalho escrito por Frederico Alves Costa (Universidade Federal de Minas Gerais) intitula-se *A Mudança Social no Contexto de uma Pluralidade de Sujeitos Políticos: contribuições teóricas de Ernesto Laclau, Chantal Mouffe e Slavoj Zizek para a Psicologia Política*. Neste artigo, o autor reforça a tradição que concebe a Psicologia Política como um campo de fronteiras disciplinares. Ao fazê-lo ele busca refletir acerca da mudança social com base nas obras de Ernesto Laclau, Chantal Mouffe e Slavoj Zizek, o que lhe permite realizar um olhar sobre o tema que considera as condições histórico-políticas contemporâneas e faz a crítica à politização de diferentes formas de hierarquias sociais. Nesse sentido, o texto faz um chamamento às ciências humanas para que se debrucem na análise da mudança social como emancipação.

Finalmente, o terceiro artigo corresponde ao trabalho premiado na I Reunião de Grupos e Equipes de Psicologia Política realizado em Córdoba, Argentina, em 2011. Trata-se do trabalho de Edgardo Etchezahar (Universidad de Buenos Aires), o qual compreende um exaustivo estudo de validação da escala de Autoritarismo de Direita (RWA em Inglês) a partir de uma mostra argentina. Em *Las dimensiones del autoritarismo: análisis de la escala de autoritarismo del ala de derechas (RWA) en una muestra de estudiantes universitarios de la Ciudad de Buenos Aires* o autor revisa estudos recentes que indicam uma inconsistência na proposta teórica original, visto que o autoritarismo é composto de três dimensões distintas. Assim, propõe-se ser contraditório pensar a escala RWA original como unidimensional.

Este número fecha com duas belas resenhas sobre livros que debatem a Psicologia Política. A primeira resenha de Jorge Alberto Machado (Universidade de São Paulo) *A Psicologia Política na Encruzilhada Humana* sobre o livro *Psicologia Política: debates e embates de um campo interdisciplinar* organizado por Marco Antonio Bettine de Almeida, Alessandro Soares da Silva e Felipe Correa (2012). O destaque deste livro é o fato de apontar para as diferentes leituras sobre a Psicologia Política aplicadas a diferentes contextos e que se apoiam em distintos caminhos teórico-metodológicos, sendo a interdisciplinaridade o eixo norteador da obra. A segunda resenha chama-se *A Psicologia Política e a Ação Pública* e é de autoria de Aline Borges do Carmo (Universidade de São Paulo). A autora trata da obra de Mirta González Suárez (2008) intitulada *Psicologia Política*. O interessante deste livro é o fato de não se assemelhar aos tradicionais manuais ou coletâneas e sim dedicar-se ao estudo de um enfoque psicopolítico do poder a partir da reflexão sobre as políticas públicas como a ação pública e o exercício pleno da cidadania enquanto ação política.

No que concerne à **RPP** vale dizer que no ano de 2012 nosso trabalho de editoração contou não só com o apoio da AILPP no presente fascículo, mas com o inestimável trabalho de 131 pareceristas advindos da Argentina, Chile, Colômbia, Costa Rica, Espanha, França, Paraguai, Peru, Portugal, Venezuela e, é claro, Brasil. Não é somente nos nossos mais de 30 textos publicados na RPP que vemos os esforços regionais para a produção da revista, também encontramos apoio e estímulo entre xs colegas que, desde suas universidades espalhadas pelo mundo, encontram tempo para o labor de avaliar os manuscritos que nos chegam. Neste ano de 2012 publicamos artigos vindos da Argentina, do Chile, da Colômbia, da Costa Rica, da Espanha, da Itália, do Peru, de Portugal, da Venezuela e do Brasil. Publicamos trinta manuscritos, quatro resenhas e recebemos um total de 91 textos submetidos em 2012.

Esperamos que este número da Revista Psicologia Política seja um material inspirador e útil para que possamos conhecer melhor este campo tão dinâmico e potencialmente cheio de atrativos para o exercício profissional e científico. Esperamos também poder contar com a ajuda de todxs para que a Revista Psicologia Política seja ainda mais conhecida, procurada para a publicação de textos inéditos, bem como para que os artigos que aqui são publicados também sejam consultados e citados em outras produções da autoria de quem faz parte da comunidade de interessados na Psicologia Política Ibero-Latino-Americana!

Boa leitura!